

Acordo com o Bird prevê crédito novo e revisão dos atrasados

por Claudia Safatle
de Brasília

O Banco Mundial (BIRD) e o governo brasileiro chegaram a um acordo sobre a carteira de empréstimos que pautará o relacionamento bilateral nos próximos quatro anos, numa média de contratação de US\$ 2 bilhões anuais, e concordaram com uma profunda revisão dos projetos financiados no passado recente, que compõe cerca de US\$ 4 bilhões, recursos que estão parados no BIRD. O governo propôs e o Banco Mundial aceitou uma reestruturação dessa carteira velha, de modo que ao final de abril de 1991 tenham sido cancelados ou reformados projetos, representando uma redução de US\$ 1 bilhão. Com isso, o País pagará menos juros e principal ao BIRD e construirá um "pipe-line" (fluxo de recursos) anual compatível com a política macro-econômica e com as disponibilidades de cruzeiros para contrapartidas.

Esse foi o resultado da visita de três dias que o vice-presidente do Banco Mundial para América Latina e Caribe, Sahid Husain, fez a Brasília, juntamente com o chefe do departamento Brasil do BIRD, Armeane Choksi. Ontem, eles embarcaram para o pantanal mato-grossense. Husain, em entrevista à imprensa, disse que retorna satisfeito a Washington, porque foi possível "chegar a um encontro de idéias a propósito do plano econômico do governo, que o banco vem elogiando e apoiando há tempo. E estabelecemos, também, uma linha clara de procedimentos".

Segundo ele, para o ano fiscal de 1991, que começou em julho último, estão acordados financiamentos

a projetos de investimentos no valor de US\$ 1,5 bilhão, além de ter sido iniciada uma discussão com o governo brasileiro, que pleiteou um empréstimo da ordem de US\$ 500 milhões para o projeto setorial de reforma da política de comércio exterior. A intenção é que esse projeto conte com co-financiamentos do governo japonês e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), de US\$ 300 milhões cada um.

Segundo fontes do governo brasileiro, os projetos já negociados com o BIRD são:

- Programa de Privatização — um financiamento de US\$ 300 milhões para o BNDESPar (subsidiária do BNDES encarregada de participações acionárias) adquirir ações de empresas estatais privatizáveis e vendê-las posteriormente ao setor privado;

- Petrobrás — US\$ 260 milhões para a construção de polidutos de gás e petróleo;

- Ciência e Tecnologia — um projeto que tem duas fases, a primeira, para esse exercício fiscal, de US\$ 150 milhões, destinados ao programa de apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico, sob comando da Secretaria de Ciência e Tecnologia;

- Modernização — este de US\$ 300 milhões, para o BNDES abrir uma linha de financiamento para modernização de indústrias privadas;

- Educação — envolve US\$ 245 milhões para o governo do Estado de São Paulo implantar turno integral para educação de crianças de baixa renda, acoplado com assistência de saúde e sistema de televisão educativa. Esse projeto, que implica contra-

partida de US\$ 300 milhões do governo estadual, já está negociado, pronto para ser assinado, dependendo apenas de uma solução para a situação de inadimplência do governo de São Paulo com o Tesouro Nacional, pelo não pagamento dos débitos externos das empresas estaduais;

- Eletrobrás — assim como o anterior, esse projeto também já está negociado, no valor de US\$ 300 milhões, mas não está contabilizado como líquido e certo para o ano que vem, pois falta resolver uma pendência junto ao Banco Mundial que diz respeito à tarifa do setor elétrico. O BIRD considera necessária uma tarifa correspondente a US\$ 54,00 megawatts/hora, e o governo brasileiro discorda desse cálculo que considera elevado.

RISCOS

Esse é um outro ponto do relacionamento bilateral que o governo quer resolver e para isso o chefe do Departamento de Assuntos Internacionais, Clodoaldo Huguene, deverá enviar uma carta ao BIRD listando os riscos envolvidos em cada projeto da carteira. Ou seja, financiamentos destinados às áreas de telecomunicações, energia elétrica ou petróleo, que estão condicionados a reajustes tarifários, têm riscos, haverá, ainda, uma reserva técnica — uns 3 a 4 projetos prontos — para substituir negociações com problemas.

"Um princípio acordado com o governo é de que a qualidade dos projetos é mais importante que a quantidade. E fazemos questão que aquilo que acertarmos com o Brasil corresponda às prioridades de governo", assinalou Husain.

Indagado sobre a possibilidade de uma participação do BIRD no esquema de negociação da dívida externa proposto pelo governo brasileiro aos bancos comerciais, ele respondeu que esse acordo é um problema entre o País e as instituições financeiras privadas, mas a exemplo do que ocorreu com o México, o banco pode conceder suporte financeiro para sustentação dos instrumentos que surgirem do acordo.

O BIRD estava disposto a fornecer financiamentos da ordem de US\$ 3 bilhões ao ano, ao Brasil, nos próximos três anos. Ficou praticamente acertada uma carteira de US\$ 2 bilhões anuais, que poderá ser recheada com projetos setoriais em áreas novas, ainda não exploradas, para 1991, excluindo os projetos de investimentos com problemas das contratações que totalizariam US\$ 1,5 bilhão, considerando a aprovação, esperada para março próximo, do setorial para reforma da política de comércio exterior. Este tem como pré-condição um acordo "stand-by" com o Fundo Monetário Internacional.

REVISÃO

O governo brasileiro solicitou, também, que a cada seis meses seja promovida uma revisão da carteira de projetos para se certificar sobre as prioridades e disponibilidades de contrapartidas do governo federal.

Entre os dias 7 e 13 próximos estará em Brasília uma missão técnica do Banco Mundial para operar, com a equipe do governo, o processo de saneamento do estoque de projetos contraídos no passado, somando financiamentos contratados junto ao Banco Mundial e ao BID.